



Rua Nestor Vitor, 657 – João Gualberto / Fone: (41)3423-1690
DM Ambiental
Paranaguá – Paraná - Brasil

Paranaguá, 03 de agosto de 2021.

À
Prefeitura Municipal de Paranaguá
A Secretaria Municipal do Urbanismo
A/C Câmara Técnica do Conselho Municipal de Urbanismo

Prezados Senhores

Vimos por meio deste, apresentar as informações requeridas no item 1.1.g, do ofício 020/2021-CTCMU, do Termo de Referência, relacionado à “*indicação do pátio de estacionamento de caminhões*”. Bem como os itens 4.1.8, referente ao “*detalhamento de acesso*”, 4.1.9 do EIV e item 5 do ofício 022/20, referente ao “*Projeto de Implantação do Pátio de Estacionamento com a indicação das vagas de uso exclusivo do empreendimento*”. Como cumprimento destes itens seguem as seguintes informações:

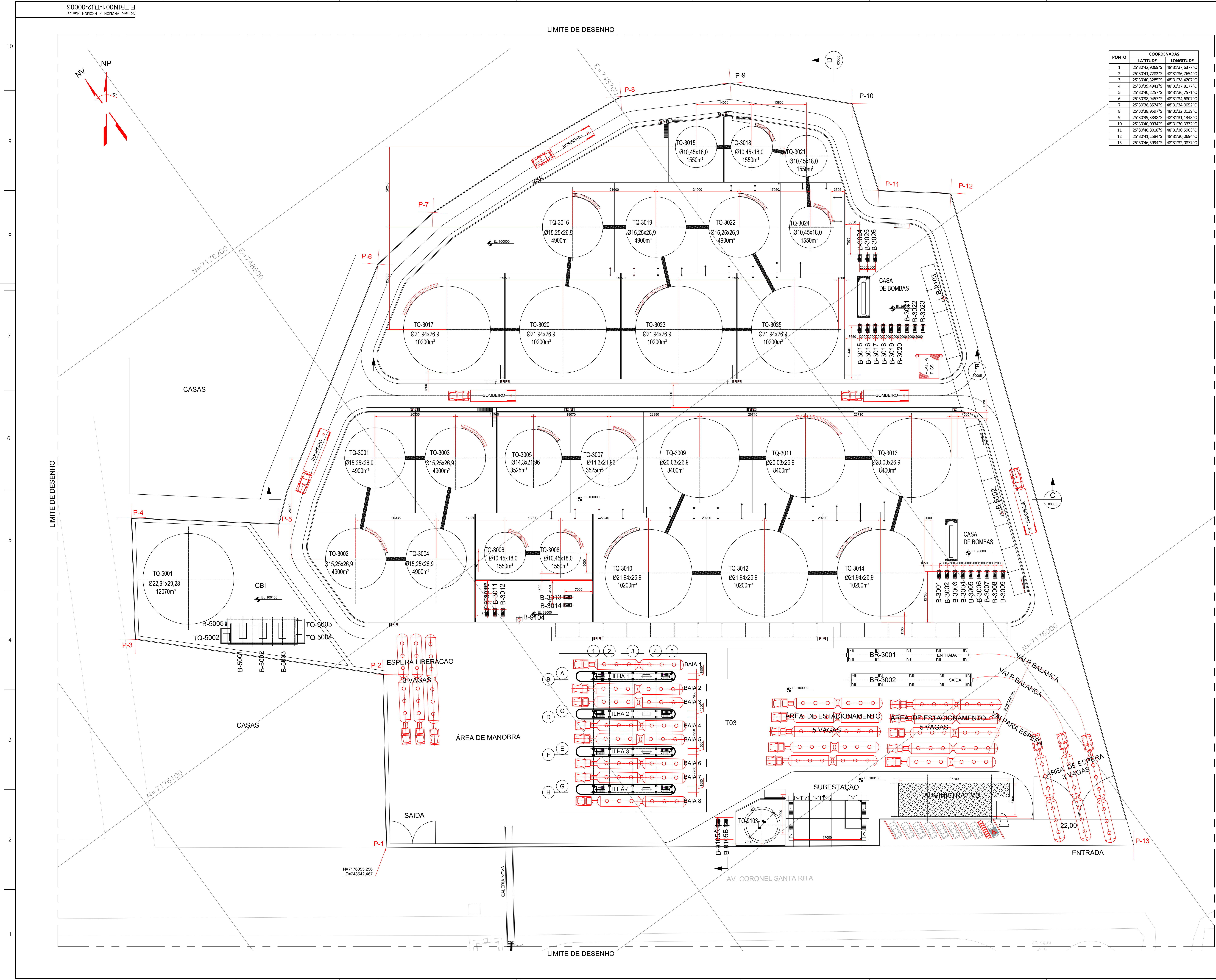
- A planta do estacionamento consta em anexo, com a distribuição de 16 (dezesseis) vagas;
- Consta também o Contrato com a empresa PASA, com a disponibilização de 20 (vinte) vagas. Este, encontra-se em fase de tramitação e será apresentado assim que for finalizado;
- A empresa TKX Atividades Imobiliárias disponibilizará um espaço de 30.000m², na Estrada Velha de Alexandra, Bairro Imbocuí, que se encontra em fase de estudos, para a implantação de um pátio de caminhões.

Informa-se ainda, que todas as vagas necessárias ao empreendimento estarão disponíveis e coincidirão com o tempo de execução da ampliação do empreendimento da Terin. Sendo assim, solicita-se que este item seja alterado para condicionante na emissão do Alvará de Funcionamento.

Sem mais,

Atenciosamente

DM AMBIENTAL
Consultoria e Projetos Ambientais
Cnpj 17.810.745/0001-19



PONTO	COORDENADAS	
	LATITUDE	LONGITUDE
1	25°30'42,9069"S	48°31'37,6377"O
2	25°30'41,7282"S	48°31'36,7654"O
3	25°30'40,3285"S	48°31'38,4207"O
4	25°30'39,4941"S	48°31'37,8177"O
5	25°30'40,2257"S	48°31'36,7571"O
6	25°30'38,9457"S	48°31'34,6807"O
7	25°30'38,8574"S	48°31'34,0552"O
8	25°30'38,9597"S	48°31'32,0139"O
9	25°30'39,3838"S	48°31'31,1348"O
10	25°30'40,0934"S	48°31'30,3372"O
11	25°30'40,8018"S	48°31'30,5903"O
12	25°30'41,1584"S	48°31'30,0694"O
13	25°30'46,3954"S	48°31'32,0877"O

Códigos de Emissão / Issuance symbols
EP Estudo ou Preliminar / Study or Preliminary
IN Informação / Information
LC Construção / Construction
CD Comentários / Comments
CP Como comprado / As purchased
AP Aprovação / Approval
CF Como fabricado / As fabricated
OR Orçamento / Cotação / Bids
CC Como Construído / As built
PD Detalhamento / Detailing
CD Cancelado / Canceled
RG Registro / Record
CT Certificado / Certified
PC Compra / Purchase
FA Fabricação / Fabrication
Notas / Notes
1 - DIMENSÕES EM MM, COORDENADAS EM M, EXCETO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO.

Documentos de referência / Reference documents
- E.TRIN001-TU2-00001 - PLANTA DE SITUAÇÃO DO TERMINAL - AMPLIAÇÃO DA TANCAGEM - ÁREAS 2, 3 & LINHAS DO PIER

Legenda / Legend

Pendências

PLANTA CHAVE

D	14/06/19	CF	ICS	LAA	PARA APROVAÇÃO	AP
C	24/04/19	CF	ICS	LAA	PARA APROVAÇÃO	AP
B	06/02/19	CF	ICS	LAA	PARA APROVAÇÃO	AP
A	28/12/18	CF	LAA	LAA	PARA APROVAÇÃO	AP
D	14/12/18	CF	LAA	LAA	EMISSÃO INICIAL	AP
Rev.	Data	Des.	Ver.	Approv.	Descrição	Emissão
Rev.	Date	Dwn.	Ver.	Approv.	Description	Issued

Responsável Técnico
Engineer in Charge
LAURA ALTOBELLO ANTUNES

CREA (Estado/Número)
P. E. Reg. (State/Number)
260662952-7/SP

promon
engenharia

TERIN
Terminals Inteligentes

Este desenho não pode ser usado, copiado ou cedido fora dos termos contratuais / This drawing may only be used in strict accordance with the contractual clauses

Identificação do empreendimento / Project Identification

CPA - TERMINAL PARANAGUA S.A.
AMPLIAÇÃO DA TANCAGEM
PARANAGUÁ - PR

Título do desenho / Drawing title
ARRANJO GERAL
AMPLIAÇÃO DA TANCAGEM
ÁREA 3 - PLANTA

Escala / Scale
1:300

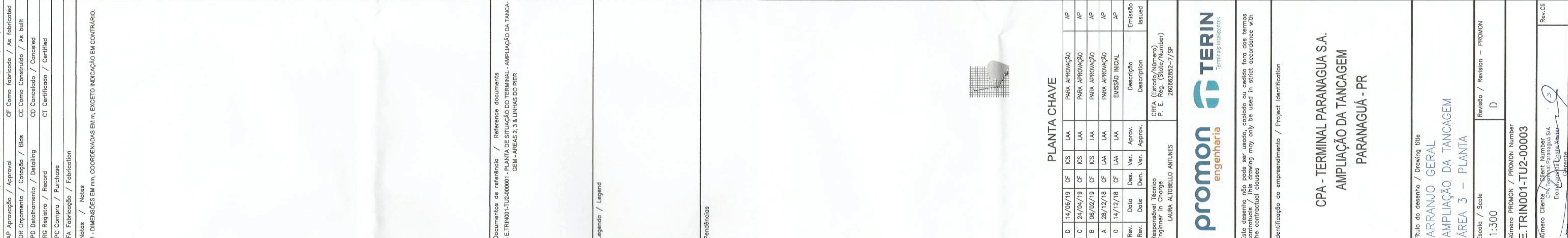
Revisão / Revision - PROMON
D

Número PROMON / PROMON Number
E.TRIN001-TU2-00003

Número Cliente / Client Number

Rev.C1

Escala gráfica / Graphic scale
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

[illegible]

promon
engenharia

TERIN
Términos Integrantes

Este desenho não pode ser usado, copiado ou cedido fora dos termos contratuais / This drawing may only be used in strict accordance with the contractual clauses

Identificação do empreendimento / Project Identification

CPA - TERMINAL PARANAGUA S.A.
AMPLIAÇÃO DA TANCAGEM
PARANAGUÁ - PR

Título do desenho / Drawing title
ARRANJO GERAL
AMPLIAÇÃO DA TANCAGEM
ÁREA 3 - PLANTA

Escala / Scale 1:300
 D
 Revisão / Revision - PROMON

E. TRIN001-TU2-00003

CPA Terminal Paraná S/A
Domínguez Costa Xavier
Gerente

Year	Number of people (millions)
1980	1.5
1985	2.0
1990	2.5
1995	3.0
2000	3.5
2005	4.0
2010	4.5

Paranaguá/PR, 2 de agosto de 2021.

À

Prefeitura Municipal de Paranaguá

Secretaria Municipal de Urbanismo

A/C: CTCMU

ASSUNTO: RESPOSTA DE ESCLARECIMENTO AO OFÍCIO 020/2021 EMITIDO PELA CTCMU

Itens

- 1.1.g
- 4.1.9.
- Item 5 de ofício 022/2020
- Item 14

A CPA TERMINAL PARANAGUÁ S.A. – “TERIN”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.093.861/0001-20, com sede à Rua Francisco Machado, nº835, Sala 01 Tanques, Vila Guadalupe, CEP 83221-540, na cidade de Paranaguá-PR, vem, respeitosamente, à presença de V.Sa. em atenção ao Ofício 020/2021 emitido pela CTCMU esclarecer o que segue:

A **Terin** é um terminal marítimo alfandegado que opera no Porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, Brasil. Nossa operação compreende armazenagem de graneis líquidos, sejam eles Combustíveis derivados de Petróleo, Biocombustíveis e Químicos.

O Fluxo mais comum é o recebimento de importação através do Píer Público do Porto do Paraná, via nossos dutos que estão interligados ao Terminal, ou seja, o recebimento através de modal marítimo é o mais frequente em nossa operação.

Por característica do mercado de Graneis Líquidos em todas as regiões portuárias, recebemos grandes bateladas de produto e esses são escoados ao mercado através dos modais rodoviário e ferroviário.

Nossa relação se dá exclusivamente com os Clientes que nos contratam para realizar a armazenagem de seus produtos.

Toda a operação logística existente é de responsabilidade total e gerenciada diretamente pelos Clientes.

A Terin não possui frota de caminhões nem relação alguma com as Transportadoras indicadas pelos Clientes, apenas asseguramos que os mesmos estejam em condições de operar e devidamente credenciados pelos Clientes.

Possuímos um sistema de agendamento, onde os Clientes que possuem contrato com a Terin, são responsáveis por operacionalizarem o cadastro de seus veículos (Transportadores) no determinado horário que deseja carregar, desde que haja disponibilidade. A disciplina imposta, assegura que o caminhão tanque, só se desloque para Paranaguá, após ter a confirmação de seu agendamento.

Sendo o que havia para o momento, agradecemos antecipadamente e nos colocamos a disposição.

Atenciosamente

CPA Terminal Paranaguá S/A
Domingos da Costa Xavier
Gerente

Domingos Xavier
Gerente do Terminal

Paranaguá, 27 de julho de 2021.

À
Prefeitura Municipal de Paranaguá
A Secretária Municipal do Urbanismo
A/C Câmara Técnica do Conselho Municipal de Urbanismo

Prezados Senhores

A TKX Atividades Imobiliárias, inscrita no CNPJ 32.285.878/0001-07 por meio deste, informar que é a proprietária da área correspondente a matrícula nº 62130 com área total de 35.122,75 m², localizada na Av. Coronel Santa Rita, nº 1800 Vila Alboit – Paranaguá-PR. Área esta onde será implementada a ampliação do terminal da empresa CPA Terminal Paranaguá S.A – TERIN, inscrita no CNPJ 24.093.861/0001-20. Esta nova ampliação necessita de comprovação para vagas de estacionamento conforme lei vigente no município de Paranaguá.

A empresa TKX Atividades Imobiliárias também é proprietária de uma área com aproximadamente 3.000.000 m² na Estrada Velha de Alexandra no Bairro Imbocuí, arrematada no leilão nº 0001258-46.2016.5.09.0022 (conforme a homologação de vendas em anexo), matrícula nº 52531, que neste momento se encontra em fase de estudos para implantação de futuros empreendimentos, uma vez que a maior parte da área se localiza em Zona de Desenvolvimento Econômico – ZDE.

Sendo assim, a empresa, vem por meio deste, informar que está disponibilizando uma área de 30.000 m², nesta mesma propriedade no Imbocuí citada acima, para a implantação de um pátio de estacionamento, que atenderá o número de vagas necessárias para a ampliação a ser implementada pela empresa CPA Terminal Paranaguá S.A. – TERIN.

Sendo assim, solicita portanto, um prazo de 24 meses, para a implantação deste pátio de caminhões na área disponibilizada. Prazo este que coincidirá com o tempo de execução da ampliação do empreendimento da TERIN.

Sem mais,


Atenciosamente
TKX ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS LTDA.
VALMOR FELIPETTO

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
OFICIAL

RUBRICA

RUA PRESCILIANO CORREA, 98 - FONE: 422-8466
83.203-500 - PARANAGUÁ - PARANÁ

MATRÍCULA N.º 52.531.-

IMÓVEL :- Terreno rural denominado "**FAZENDA IMBOCUY**", situado no lugar denominado Imbocuy, Distrito de Alexandra, deste Município e Comarca, com a área de 3.013.658,76 m² (três milhões, treze mil, seiscentos e cinquenta e oito metros e setenta e seis decímetros quadrados), com os seguintes limites e confrontações: - ao **SUL**, em linhas irregular, 1.305,05 metros de frente, sendo 675,90 metros com o lote n.º 3, da Colônia Santa Rita, de propriedade de Elias Jorge e, 629,15 metros com a Rede - Ferroviária Federal S/A; a **ESTE**, lateral direita, de quem da frente olha o terreno, em linha quebrada em dois segmentos, medindo o primeiro segmento 1.406,00 metros, confrontando com terras de Joaquim Gonçalves e Antonio Fonseca, e medindo o segundo segmento 1.010,00 metros, confrontando com terras de João Paulino e outros; a **OESTE**, em linha quebrada em três segmentos, medindo o primeiro segmento 1.840,00 metros, confrontando com terras de Guiné Fernandes Garcia e Lineu Divonsir de Araújo, e o segundo segmento medindo 976,20 metros, confrontando com terras de Manoel Felisbino e outros, e o terceiro segmento medindo 30,05 metros, confrontando com terras de Nilson Silva; ao **NORTE**, em linha quebrada em quatro segmentos, medindo o primeiro segmento 598,00 metros, confrontando com terras de João Paulino e outros; medindo o segundo segmento 832,50 metros com o Rio Imbocuy; medindo o terceiro segmento 179,01 metros, confrontando com terras de Manoel Felisbino e outros e, medindo o quarto segmento 300,00 metros, confrontando com a Estrada Velha de Alexandra. - O imóvel acha-se cadastrado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com as seguintes características: Nome do imóvel FAZENDA IMBUCUY. Código: 702064 003360 2 - área total 301,3 ha. Módulo rural: 11,9 ha. Mod. Fiscal: 16,0 ha. Fração Mínima de Parcelamento: 2,0 ha. -

PROPRIETÁRIOS :- HORDÁLIA SANTOS AGARI, viúva, do lar, CI.RG. sob n.1.717.058-SP, CPF/MF. 591.927.808/06, residente na Rua Manoel Maria Tourinho, 918; IVETH SANTOS AGARI JORGENSEN, casada com KNUD JORGENSEN pelo regime da comunhão de bens em 16/07/1960, advogada, CI.RG.1.839.879-SP e CPF/MF.208.728.958/15, residente na Rua Taques Alvim, 495; RUTH AGARI, desquitada, professora, CI.RG. 5.108.057-SP e CPF/MF.451.073.788/20, residente na Rua Manoel Maria Tourinho, 918, e ODETTE AGARI ALGODOAL, casada com JOSÉ JÚLIO REILLY ALGODOAL pelo regime da comunhão de bens em 11/10/1960, professora, CI.RG. 1.338.026-PR e CPF/MF. 357.788.819/91, residente na Av. Gabriel de Lara, 498, nesta cidade, todas brasileiras, as demais domiciliadas na Capital do Estado de São Paulo. -

REGISTRO ANTERIOR :- Matrícula n.º 38.100 - R.1 e Avs.3, 4 e 5. - Paranaguá, 27 de dezembro de 1999. -

O Oficial:-

Jander Osny de Oliveira
Escritor Substituto

Av.nº1/52.531. Em 27 de dezembro de 1999. -

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE CONSERVAÇÃO DE FLORESTA :- O imóvel desta objeto acha-se gravado com o termo do título acima, conforme consta da averbação n.º 2, lançada na matrícula n.º 38.100, em 28/09/1988, cujo inteiro teor é o seguinte: - Consoante termo firmado em 19 de setembro de 1988, entre os adquirentes Hordália Santos Agari, Iveth Santos Agari Jorgensen, Ruth Agari e Odette Agari Algodoal e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF - na pessoa de Cláudio - D'Oliveira, tendo em vista o que dispõe o artigo 53, alínea IV,

SEGUE NO VERSO

MATRÍCULA Nº
= 52.531 =

da Instrução Normativa n.º 001/80, de 11/04/80, em atendimento ao que determina a Lei 4.771/65 (Código Florestal) em seus artigos 16 e 44, que a floresta ou forma de vegetação existente, com a área de 68,45 hectares, não inferior a 20,00% do total da propriedade compreendida nos limites abaixo indicados, ficou gravada como **UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feita qualquer tipo de exploração, a não ser mediante autorização do IBDF. Os atuais proprietários comprometeram-se por si, seus herdeiros ou sucessores, a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. Características e confrontações do imóvel: O terreno rural denominado "Fazenda Imbucuy", situado no lugar denominado Imbucuy, Distrito de Alexandra, deste Município e Comarca, com a área de 342,26 ha, com as seguintes confrontações: Ao Norte com o Rio Imbucuy, ao Sul com a Estrada de Ferro e Núcleo Santa Rita, a Leste com Joaquim Gonçalves, Antonio Fonseca e João Paulino e a Oeste com Manoel Felisbino. Limites da área conservada: Deverá ser conservada a área de 68,54 ha, (sessenta e oito hectares e cinquenta e quatro ares)

O Oficial:-

Jander Osny de Oliveira
Escrevente Substituto

R.nº2/52.531. Em 27 de dezembro de 1999. Protocolo n.º 100.231.- **COMPRA E VENDA** :- Consoante escritura pública lavrada na 11ª Serventia Notarial de Curitiba/Pr, as fls.197/199 do livro 235-N, em 07 de dezembro de 1999, o Sr. **MANOEL CEZARINO GONÇALVES-FILHO**, brasileiro, corretor de imóveis, casado com **RUTHE PINTO GONÇALVES** sob o regime de comunhão universal de bens em data de 29/06/1985, portador da CI.RG.1.079.722-5-PR e CPF/MF. 202.069.849/87, residente e domiciliado na Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 420, em Curitiba/Pr, adquiriu do Espólio de **HORDÁLIA SANTOS AGARI** representada por sua inventariante **Iveth Santos Agari Jorgensen** nos termos do Alvará expedido nos Autos da Ação de Arrolamento - Processo n.º 864/91, pelo Juiz de Direito Titular da 3ª Vara da Família e das Sucessões da cidade de São Paulo/SP; **IVETH SANTOS AGARI JORGENSEN** - CI.OAB/SP n.º 18.569, e seu marido **KNUD JORGENSEN**, dinamarquês, engenheiro, - CI.p/estrangeiro n.º W355716-W e CPF/MF.037.986.668/49, residentes na Rua Euclides da Cunha, 1405, aptº. 1501, em Curitiba/Pr; **RUTH AGARI**, residente na Rua Cel. Dulcídio, 907, aptº. 101, em Curitiba/Pr, e **ODETTE AGARI ALGODOAL** e seu marido **JOSÉ JÚLIO REILLY ALGODOAL**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob n.º 2282 e CPF/MF. 003.025.119/20, residentes e domiciliados na Rua Cel. Dulcídio, 907, aptº. 101, Batel, em Curitiba/Pr, as demais retro qualificadas, o imóvel desta objeto, pelo valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), da qual deram plena quitação.-

ITBI s/R\$ 210.000,00 - GR n.º 815/99.-

FUNREJUS: recolhido p/ocasião lavrat.escritura no valor de R\$ 420,00.-

CN-IAP n.º 2747/99, de 10/11/99.-

CRF-Imóvel Rural n.º 3.121.779 - SRF, DE 09/11/99.-

Custas:- R\$ 323,40 = 4.312,00 VRC.-

CPC :- R\$ 16,17 = 215,60 VRC -

Dist. N.º 1426/99.-

O Oficial:-

Jander Osny de Oliveira
Escrevente Substituto

R.nº3/52.531. Em 27 de dezembro de 1999. Protocolo n.º 100.232.- **COMPRA E VENDA** :- Consoante escritura pública lavrada na 11ª Serventia Notarial de Curitiba/Pr, as fls. 088/090 do livro 237-N, em 07 de dezembro de 1999, **CENTRO SUL SERVIÇOS MARÍTIMOS-LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/Pr, na Rua Benjamin Constant, n.º 146, 5º andar, inscrita no CNPJ sob n.º 81.072.399/0001-18 adquiriu de **MANOEL**

CONTINUAÇÃO

CEZARINO GONÇALVES FILHO, retro qualificado, e sua mulher RUTHE PINTO GONÇALVES, brasileira, do lar, CI.RG.1.774.900-PR e CPF/MF. 388.547.249/04, residentes no endereço retro mencionado, o imóvel desta objeto, pelo valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), da qual deram plena quitação.-

ITBI s/R\$ 700.000,00 - GR n.º 814/99.-

FUNREJUS recolhido p/ocasião lavrat.escritura no valor de R\$ 435,00.-

CN-IAP N.º 2747/99, DE 10/11/99.-

CRF-Imóvel Rural n.º 3.121.779 - SRF de 09/11/99.-

Custas:- R\$ 323,40 = 4.312,00 VRC.-

CPC :- R\$ 16,17 = 215,60 VRC.-

Dist. N.º 1427/99.-

O Oficial:-

Jander Osny de Oliveira
Escrevente Substituto

JO -

R.nº4/52.531.- Em 18 de abril de 2000. Protocolo n.º 100.828.-

DAÇÃO EM PAGAMENTO :- Consoante escritura pública lavrada nas Notas do 2º Ofício da Comarca de Ribeirão das Neves-MG., em 22 de dezembro de 1999, as fls. 078/079, do livro 10-N, Centro Sul Serviços Marítimos Ltda., anteriormente qualificada, efetuou a dação em pagamento em favor do **BANCO RURAL S/A.**, estabelecimento de crédito, com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 165, 6º andar, inscrito no CNPJ n.º 33.124.959/0001-98, do imóvel desta objeto, pelo valor de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). **CONDIÇÕES** :- As constantes da escritura.-

CND/INSS N.º 01412999-14601002, em 29/10/1999.-

CERT.QUIT.TRIBUTOS E CONT. FEDERAIS N.º 2.904.810, de 24/08/1999.-

I.T. s/R\$ 3.500.000,00.-

FUNREJUS : R\$ 435,00.-

Custas : R\$ 323,40 = 4.312,00 VRC.-

Distr. n.º38/2000.-

O Oficial:-

Jander Osny de Oliveira
Escrevente Substituto

CaO -

R-5/Mat. 52531. Em 12 de fevereiro de 2008. Protocolo n.º 114.819 - **PENHORA**:- Em cumprimento ao Mandado n.º 2.756.148/2007, da MM.ª Juíza da 1ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr.ª Luciene Cristina Bascheira Sakuma, expedido em 12 de dezembro de 2007, nos Autos 04087-2007-022-09-00-7 (CPE 4087/2007 - Ajuizada em 05/12/2007) Dependente: 1525 CS 2329/2005 (04ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul - RS), passado em favor de **DANTE JOSÉ CAPELETTI**, contra **BANCO RURAL S/A**, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida de R\$ 243.087,37 (duzentos e quarenta e três mil, oitenta e sete reais e trinta e sete centavos), em 30/09/2007. Auto de Penhora, Depósito, Avaliação e Intimação datado de 30/09/2007. O depositário será nomeado oportunamente.-

PASTA 514 - DOC. 050

Custas:- R\$ 135,82 = 1.293,60 VRC (À FINAL).-

CAO

O Oficial:-

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
OFICIAL

R-6/Mat. 52531. Em 27 de fevereiro de 2008. Protocolo n.º 114.932 de 27/02/2008 - **PENHORA**:- Em cumprimento ao Mandado n.º 2.384.277/2007, do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr. Carlos Martins Kaminski, expedido em 25 de outubro de 2007, nos Autos 02752-2007-322-09-00-2 (CPE 2752/2007 - Ajuizada em 14/08/2007) Deprecante: 156 RT 8474/2005 (04ª Vara do Trabalho de Porto Alegre-RS), Autor **SIRIO ANDRADE**, Réu **BANCO RURAL S/A**, já qualificado, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida de R\$ 1.502.333,25 (um milhão, quinhentos e dois mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos), em 31/10/2007. Auto de Penhora, Avaliação, Depósito e Intimação datado de 04 de janeiro de 2008.-

PASTA 515 - DOC. 020.- Custas:- R\$ 135,82 = 1.293,60 VRC (À Final)

FUNREJUS (À FINAL) - CAO

O Oficial:-

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
OFICIAL

SEQUE

CONTINUAÇÃO

R-07/Mat. 52.531. Em 02 de junho de 2009.- Protocolo nº 119.624 de 20/05/2009 **PENHORA.**- Em cumprimento ao Mandado do MM. Juiz da 3ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr. Leonardo Vieira Wandelli, expedido em 16 de março de 2009, nos Autos de Carta Precatória nº 00029/09, extraída do Processo nº00035-2006-008-03-00-7, oriundo da 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG, passado em favor de PAULO CESAR DOS SANTOS, contra BANCO RURAL S/A, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida no valor de R\$ 160.664,06 (cento e sessenta mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e seis centavos), em 28/02/2009. Auto de Penhora datado de 15 de maio de 2009.

PASTA 541 – DOC. 006.-

Custas :- R\$ 135,82 = 1.293,60 VRC.-

FUNREJUS:- À FINAL

CAO

O Oficial:-

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
OFICIAL

R-08/Mat. 52.531. Em 02 de julho de 2009.- Protocolo nº 119.894 de 17/06/2009 **PENHORA.**- Em cumprimento ao Mandado nº 1.093.206/2009, do MM. Juiz da 2ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr. Humberto Eduardo Schmitz, expedido em 14 de maio de 2009, nos Autos de Cart.Prec. nº 1233/2009 - Ajuizada em 06/05/2009, no qual figura como Autor MARCOS MARCELO BRUNASSI, e Réu TRANSVEP PROCESSAMENTO E SERVIÇOS LTDA., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A., BANCO ABN AMRO REAL S/A., E BANCO RURAL S/A., procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida no valor de R\$ 247.150,98 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta reais e noventa e oito centavos), em 31/05/2009. Auto de Penhora, Depósito, Avaliação e Intimação datado de 12/06/2009.

PASTA 542 – DOC. 043.

Custas :- R\$ 135,71 = 1.293,60 VRC (À FINAL).

FUNREJUS:- À FINAL

CAO

O Oficial:-

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
OFICIAL

R-09/Mat. 52.531. Em 23 de julho de 2009.- Protocolo nº 120.196 de 13/07/2009 **PENHORA.**- Em cumprimento ao Mandado do MM. Juiz da 4ª Vara do Trabalho da Comarca de Porto Alegre-RS, Dr. José Cesario Figueiredo Teixeira, expedido em 08 de maio de 2009, com o devido "cumpra-se" do Dr. Charles Baschiroto Felisbino, MM. Juiz da 3ª Vara do Trabalho desta Comarca, em 28 de maio de 2009, nos Autos de Reclamatória-Ordinário nº 00946-2006-004-04-00-3, em que é reclamante NEITON MARITON MOREIRA BLUMBERG, e reclamado BANCO RURAL S/A, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida no valor de R\$ 123.954,93 (cento e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos). Auto de Penhora e Avaliação datado de 04 de julho de 2009.

PASTA 543 – DOC. 050.

Custas :- R\$ 135,825 = 1.293,60 VRC. (À Final)

FUNREJUS:- À FINAL

CAO

O Oficial:-

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
OFICIAL

R-10/Mat. 52.531. Em 17 de fevereiro de 2010.- Protocolo nº 122.330 de 02/02/2010 **PENHORA.**- Em cumprimento ao Mandado nº 3.072.469/2009, do MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho desta Comarca, expedido em 16 de dezembro de 2009, nos Autos de Carta Precatória nº 3917/2009 – Ajuizada em 03/12/2009, em que é Autor MANOEL DE MEDEIROS COSTA NETO, e Réu BANCO RURAL S/A, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida no valor de R\$ 244.436,02 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dois centavos), em 31/12/2009. Auto de Penhora e Avaliação datado de 23 de janeiro 2010. O Depositário será nomeado oportunamente.

PASTA 555 – DOC. 031.

Custas :- R\$ 135,82 = 1.293,60 VRC. (À FINAL).

FUNREJUS:- À FINAL

CAO

O Oficial:-

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
AGENTE DELEGADO

SEGUE

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br

Registradores
Central Registradores de Imóveis

Esse documento foi assinado digitalmente por PATRICK ROBERTO GASPARETTO - 30/03/2020 16:13 PROTOCOLO: S20030078251D

CONTINUAÇÃO

AV-11/Mat. 52.531. Protocolo nº 126.464 de 16/03/2011. **LEVANTAMENTO DE PENHORA:** Em atendimento ao Ofício n.º 0.511.787/2011, datado de 02 de março de 2011, do MM. Juiz da 3ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr. Leonardo Vieira Wandelli, extraído dos autos 00686-2009-411-09-00-2 (CartPrec – Ajuizada em 16/03/2009) – 0068600-18.2009.5.09.0411 – 852 RTOrd 35/2006, em que é Autor PAULO CESAR DOS SANTOS, e Réu BANCO RURAL S/A, procedo o **LEVANTAMENTO DA PENHORA** registrada sob n.º 7 (sete) na presente para todos os fins e efeitos de direito. Custas: R\$ 96,92 = 687,37 VRC (À FINAL). FUNREJUS À FINAL. Dou fé, Paranaguá, 16 de março de 2011.

CAO

Agente Delegado:-

Jander Osny de Oliveira
Substituto

AV-12/Mat. 52.531. Protocolo nº 128.340 de 22/08/2011. **LEVANTAMENTO DE PENHORA.** Em atendimento ao Ofício n.º 2.047.648/2011, datado de 09 de agosto de 2011, do MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr. José Mario Kohler, extraído dos Autos n.º 04087-2007-022-09-00-7 (CartPrec – Ajuizada em 05/12/2007), em que é Autor DANTE JOSÉ CAPELETTI, e Réu BANCO RURAL S/A, procedo o **LEVANTAMENTO DA PENHORA** registrada sob n.º 5 (cinco) na presente para todos os fins e efeitos de direito. PASTA 593 – DOC. 038. Custas: R\$ 96,69 = 685,74 VRC (À FINAL). FUNREJUS À FINAL.

Dou fé, Paranaguá, 05 de setembro de 2011.

CAO

Agente Delegado:-

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini
AGENTE DELEGADO

AV-13/Mat. 52.531. Protocolo nº 129.565 de 5/12/2011 **LEVANTAMENTO DE PENHORA:-** Em atendimento ao Ofício n.º 0.368.262/2011, datado de 17 de fevereiro de 2011, da MM.ª Juíza do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr.ª Marii Gonçalves Valeiko, extraído dos autos de RTOrd n.º 218/2007 (00360-2011-322-09-00-5 – 0000131-22.2011.5.09.0322), em que é Autor MARCOS MARCELO BRUNASSI e Réu TRANSVEP PROCESSAMENTO E SERVIÇOS LTDA E OUTROS (4), procedo ao **LEVANTAMENTO DA PENHORA** registrada sob n.º 8 na presente para todos os fins e efeitos de direito. Custas:- R\$ 96,69 = 685,74 VRC. FUNREJUS: R\$ 494,30 – Ref. Reg. n.º 8. PASTA 600 – DOC. 014. Dou fé. Paranaguá, 08 de dezembro de 2011.

MDO

Agente Delegado:-

Maxwell Davis de Oliveira
ESCREVENTE

AV-14/Mat. 52.531. Protocolo nº 130.745 de 27/3/2012 **LEVANTAMENTO DE PENHORA:-** Em atendimento ao Ofício n.º 0125-P, datado de 21 de março de 2012, do MM Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre-RS, Dr. José Cesário Figueiredo Teixeira, extraído dos autos de Ação Trabalhista – Rito Ordinário n.º 0084700-85.2005.5.04.0004 (efetivada nos Autos 02752-2007-322-09-00-2 da 2ª Vara do Trabalho desta cidade), em que é Reclamante Sirio Andrade e Reclamada Banco Rural S.A., procedo ao **LEVANTAMENTO DA PENHORA** registrada sob n.º R-6 na presente para todos os fins e efeitos de direito. Custas: R\$ 96,69 = 685,74 VRC (À FINAL). FUNREJUS: R\$ 609,00 – Ref. Reg. n.º 6. PASTA 607 – DOC. 019. Dou fé. Paranaguá, 11 de abril de 2012.

MDO

Agente Delegado:-

Maxwell Davis de Oliveira
ESCREVENTE

AV-15/Mat. 52.531. Protocolo nº 140.057 de 28/07/2014 **LEVANTAMENTO DE PENHORA:-** Em cumprimento ao Ofício n.º 1.435.706/2014, datado de 21 de julho de 2014, do MM Juiz do Trabalho Substituto da 1ª Vara do Trabalho desta Comarca, Dr Thiago Mira de Assumpção Rosado, extraído dos autos de Carta Precatória n.º 03917-2009-022-09-00-0 (RTOrd 1112/2005), em que é Autor MANOEL DE MEDEIROS COSTA NETO e Réu BANCO RURAL S/A procedo ao **LEVANTAMENTO DA PENHORA** registrada sob n.º R-10 na presente para todos os fins e efeitos de direito. Custas:- R\$ 101,55 = 646,80 VRC (À FINAL). PASTA 658 – DOC. 012. Dou fé. Paranaguá, 13 de agosto de 2014.

Agente Delegado:-

Akari Takazaki
ESCREVENTE

AV-16/Mat. 52.531. Protocolo nº 143.982 de 19/08/2015. **INDISPONIBILIDADE:-** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento n.º 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de indisponibilidade n.º 201508.1715.00069103-IA-051 referente ao processo n.º 00101135020155150032, procedo a presente averbação para que desta matrícula fique constando a restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens pertencentes ao BANCO RURAL S.A, CNPJ sob n.º 33.124.959/0001-98. - Custas:- NIHIL. PASTA1CNIB- DOC 003. Dou fé.

SEGUE

Paranaguá, 19 de agosto de 2015.

JMT

Agente Delegado

Akari Takazaki
ESCREVENTE

AV-17/Mat. 52.531. Protocolo nº 145.338 de 18/01/2016. **INDISPONIBILIDADE:-** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento nº 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de indisponibilidade nº 201601.0715.00099378-IA-430 referente ao processo nº 20236201301509018 procedo a presente averbação para que desta matrícula que constando a restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens pertencentes ao BANCO RURAL S.A inscrito no CNPJ sob nº 33.124.959/0001-98. Custas:- NIHIL. PASTA 01-CNIB - DOC 032. Dou fé. Paranaguá, 18 de janeiro de 2016.

JMT

Agente Delegado

Akari Takazaki
ESCREVENTE

AV-18/Mat. 52.531. Protocolo nº 145.647 de 19/02/2016. **CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE:-** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento nº 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de cancelamento de indisponibilidade nº 201601.1316.00101008-TA-670 referente ao processo nº 00101135020155150032 procedo a presente averbação para que desta matrícula que constando o cancelamento da restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens registrada sob nº 16 na presente, para todos os fins e efeitos de direito. Custas:- NIHIL. PASTA 01-CNIB - DOC 034. Dou fé. Paranaguá, 19 de fevereiro de 2016.

JMT

Agente Delegado

Akari Takazaki
ESCREVENTE

AV-19/Mat. 52.531. Protocolo nº 145.648 de 19/02/2016. **CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE:-** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento nº 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de cancelamento de indisponibilidade nº 201602.1113.00108723-TA-980 referente ao processo nº 20236201301509018 procedo a presente averbação para que desta matrícula que constando o cancelamento da restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens registrada sob nº 17 na presente, para todos os fins e efeitos de direito. Custas:- NIHIL. PASTA 01-CNIB - DOC 035. Dou fé. Paranaguá, 19 de fevereiro de 2016.

JMT

Agente Delegado

Akari Takazaki
ESCREVENTE

R-20/Mat. 52.531. Protocolo nº 148.079 de 10/11/2016. **PENHORA.** - Em cumprimento ao Mandado, expedido em 20 de outubro de 2016, por ordem da MMª. Juíza Substituta da 1ª Vara do Trabalho desta Comarca, Drª. Augusta Polking Wortmann, nos Autos da **Carta Precatória, Processo nº 0001160-61.2016.5.09.0022**, onde consta como Exeqüente **CARLOS BRETOS NAVARRO** e como Executado **BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida no valor de R\$ 1.997.557,41 (um milhão, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), atualizado até 27/09/2016. Auto de Penhora e Avaliação datado de 10 de novembro de 2016. Valor da Avaliação R\$: 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Pelo Mandado acima mencionado, foi determinado o registro da penhora independentemente de quem seja o atual proprietário e de existência de depositário. - Custas:- R\$ 243,69 = 1.338,98 VRC (À FINAL) FUNREJUS:- R\$ 3.995,11 (À FINAL). **PASTA 703 - DOC. 023.** Dou fé. Paranaguá, 24 de novembro de 2016.

JMT

Agente Delegado Interino

Akari Takazaki
ESCREVENTE

R-21/Mat. 52.531. Protocolo nº 148.980 de 17/02/2017. **PENHORA.** Em cumprimento ao Mandado do MM Juiz de Direito da 1ª Vara do Trabalho desta Comarca, expedido em 05 de dezembro de 2016, no **Processo nº 0001258-46.2016.5.09.0022**, em que é Exeqüente **SIMONE RODRIGUES DOS SANTOS SILVA**, e Executado **BANCO RURAL S/A**, procedo o registro da **PENHORA** sobre o imóvel desta objeto, para garantia da dívida no valor de R\$ 339.537,64 (trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos), atualizado até 20/10/2016. Auto de Penhora, Avaliação, Depósito e Intimação, datado de 15 de fevereiro de 2017. **PASTA 706 - DOC. 097.** Custas: R\$ 235,44 = 1.293,60 VRC (À FINAL). FUNREJUS: R\$ 679,08 (À FINAL).

Dou fé. Paranaguá, 02 de março de 2017

CAO

Agente Delegado

Elisa Sovemigo
Substituta

SEGUIE

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.brRegistradores
Central Registradores de Imóveis

CONTINUAÇÃO

AV-22/Mat. 52.531. Protocolo nº 153.794 de 26/10/2018. **INDISPONIBILIDADE:** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento n.º 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de indisponibilidade nº 201810.2513.00637371-IA-790, referente ao processo nº 00010607620155200009, procedo a presente averbação para que desta matrícula fique constando a restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens pertencentes à **BANCO RURAL S/A**. Custas: R\$ 168,82 = 875,00 VRCext (Emolumentos: R\$ 121,59 + Funrejus (25%): R\$ 30,40 + Selo: R\$ 4,67 + ISS: R\$ 6,08 + FADEP: R\$ 6,08) (À FINAL). Dou fé. Paranaguá, 05 de novembro de 2018.

CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

AV-23/Mat. 52.531. Protocolo nº 154.265 de 24/12/2018. **CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE:** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento n.º 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de cancelamento de indisponibilidade nº 201812.1918.00683361-MA-890, referente ao processo nº 00010607620155200009, procede-se a presente averbação para constar o cancelamento da indisponibilidade **averbada sob nº AV-22**, na presente. Custas: R\$ 86,74 = 450 VRCext (Emolumentos: R\$ 60,80 + Funrejus: R\$ 15,20 + Selo R\$ 4,67 + ISS R\$ 3,04 + FADEP R\$ 3,04) (À FINAL). Dou fé. Paranaguá, 07 de janeiro de 2019.

CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

AV-24/Mat. 52.531. Protocolo nº 154.717 de 07/03/2019. **EXISTÊNCIA DE AÇÃO:** Em atendimento ao requerido por GELTA MERI SANTOS DA CRUZ, brasileira, solteira, auxiliar de escritório, portadora da cédula de identidade sob o nº 4.476.367-2 SSP/PR e CPF sob o nº 711.281.669-68, residente e domiciliada na Estrada Velha de Alexandra, 3682, Bairro Ribeirão, nesta cidade, por sua advogada DANIELLE VIDAL MAFRA, OAB/PR 75.072, com endereço profissional nesta cidade, em 06 de março de 2019, e consoante Despacho/Decisão assinado por FLÁVIO ANTÔNIO DA CRUZ, Juiz Federal Substituto, da 11ª Vara Federal de Curitiba-PR, em 26/07/2018, procede-se a presente averbação para constar, na forma autorizada do Art. 615-A do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n.º 11.382/06, a existência da **AÇÃO de USUCAPIÃO Nº 5000372-07.2018.4.04.7008/PR**, em que é **AUTOR: GELTA MERI SANTOS DA CRUZ**, e **RÉU: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL**. Custas: R\$ 86,74 = 450 VRCext (Emolumentos: R\$ 60,80 + Funrejus: R\$ 15,20 + Selo R\$ 4,67 + ISS R\$ 3,04 + FADEP R\$ 3,04) (À Final). Dou fé. Paranaguá, 11 de março de 2019.

CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

AV-25/Mat. 52.531. Protocolo nº 154.805 de 19/03/2019. **INDISPONIBILIDADE:** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento n.º 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de indisponibilidade nº 201903.1417.00741861-IA-470, referente ao processo nº 00012852620165090411, procedo a presente averbação para que desta matrícula fique constando a restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens pertencentes à **BANCO RURAL S/A**. Custas: R\$ 168,82 = 874,71 VRCext (Emolumentos: R\$ 121,59 + Funrejus (25%): R\$ 30,40 + Selo: R\$ 4,67 + ISS: R\$ 6,08 + FADEP: R\$ 6,08) (À FINAL). Dou fé. Paranaguá, 22 de março de 2019.

CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

AV-26/Mat. 52.531. Protocolo nº 155.433 de 31/05/2019. **INDISPONIBILIDADE:** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento n.º 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de indisponibilidade nº 201905.3008.00821196-IA-290, referente ao processo nº 00717004620065200001, procedo a presente averbação para que desta matrícula fique constando a restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens pertencentes à **BANCO RURAL S/A**. Custas: R\$ 168,82 = 874,71 VRCext (Emolumentos: R\$ 121,59 + Funrejus (25%): R\$ 30,40 + Selo: R\$ 4,67 + ISS: R\$ 6,08 + FADEP: R\$ 6,08) (À FINAL). Dou fé. Paranaguá, 06 de junho de 2019.

CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

Eloisa Sovernigo
Substituta

AV-27/Mat. 52.531. Protocolo nº 155.583 de 18/06/2019. **CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE:** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento n.º 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de cancelamento de indisponibilidade nº 201906.1709.00840086-TA-880, referente ao processo nº 0088400232006540008, procede-se a presente averbação para constar o cancelamento da indisponibilidade **averbada sob nº 25 (vinte e cinco)**, na presente. Custas: R\$ 86,74 = 449,43 VRCext (Emolumentos: R\$ 60,80 + Funrejus: R\$ 15,20 + Selo: R\$ 4,67 + ISS R\$ 3,04 + FADEP

SEGUIE

R\$ 3,04)(À FINAL). Dou fé. Paranaguá, 21 de junho de 2019.
 CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

AV-28/Mat. 52.531. Protocolo nº 156.267 de 03/09/2019. **LEVANTAMENTO DE PENHORA:** Em atendimento ao Ofício nº 47/2019, datado de 30 de julho de 2019, em cumprimento ao despacho exarado pela MM.^a Juíza do Trabalho, da 4^a Vara do Trabalho de Porto Alegre-RS, Dr.^a Valdete Soto Severo, extraído dos Autos 0094600-58.2006.5.04.0004 Ação Trabalhista – Rito Ordinário, em que é Reclamante NEITON MARITON MOREIRA BLUMBERG, e Reclamada: BANCO RURAL S.A. (Em Liquidação Extrajudicial), procedo o **LEVANTAMENTO DA PENHORA registrada sob nº 9 (nove)** na presente para todos os fins e efeitos de direito. Custas: R\$ 527,21 = 2.732 VRCext (Emolumentos: R\$ 249,66 + Funrejus: R\$ 247,91 + Selo R\$ 4,67 + ISS R\$ 12,48 + FADEP R\$ 12,48). (À FINAL). Dou fé. Paranaguá, 05 de setembro de 2019.
 CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

AV-29/Mat. 52.531. Protocolo nº 157.200 de 06/12/2019. **CORREÇÃO.** Procedo-se a presente averbação para constar que, ao serem tomadas as indicações para o lançamento da averbação nº 25 (vinte e cinco) na presente, no tocante ao nº do processo, foi o mesmo consignado erroneamente como 00012852620165090411, em decorrência do que, procedo a correção desta matrícula, **EX-OFÍCIO**, por tratar-se de erro evidente, para configurar corretamente o nº do processo como sendo: 0088400232006540008. Custas: NIHIL.
 Dou fé. Paranaguá, 12 de dezembro de 2019.
 CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

AV-30/Mat. 52.531. Protocolo nº 157.620 de 03/02/2020. **INDISPONIBILIDADE:** Consoante o disposto no § 3º do artigo 14 do Provimento nº 39/2014 do Conselho Nacional de Justiça e de conformidade com o protocolo de indisponibilidade nº 202002.0313.01053201-IA-260, referente ao processo nº 9113920135090015, procedo a presente averbação para que desta matrícula fique constando a restrição de **INDISPONIBILIDADE** de bens pertencentes à **BANCO RURAL S/A**. Custas: R\$ 168,82 = 874,71 VRCext (Emolumentos: R\$ 121,59 + Funrejus (25%): R\$ 30,40 + Selo: R\$ 4,67 + ISS: R\$ 6,08 + FADEP: R\$ 6,08) (À FINAL). Dou fé. Paranaguá, 07 de fevereiro de 2020.

CAO Patrick Roberto Gasparetto – Agente Delegado:

Certidão+Buscas (Lei Estadual nº 6.149/70):	R\$ 33,78
Selo Digital Funarpen (Lei Estadual nº 13.228/01)	R\$ 4,67
Funrejus - 25% (Lei Estadual 18.415/2014)	R\$ 8,44
ISS (Lei Estadual nº 19.350/2017)	R\$ 1,69
FADEP (Leis complementares Estaduais nº 136/2011 e 207/2018)	R\$ 1,69
Total:	R\$ 50,27

CERTIFICO que a presente é reprodução
 fiel da matrícula nº **52531**.

30 de março de 2020

Agente Delegado

FUNARPEN – SELO DIGITAL Nº LdxC7 . 8KmFj . IvsAd - 5WH5Z .
 tIKz4

Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>



SEGUE



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Carta Precatória Cível **0001258-46.2016.5.09.0022**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 21/10/2016

Valor da causa: R\$ 339.537,64

Partes:

AUTOR: SIMONE RODRIGUES DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO: LEANDRO HENRIQUE VASCONCELLOS DE SOUZA

ADVOGADO: JORGE COUTO DE CARVALHO

ADVOGADO: JORGE COUTO DE CARVALHO JUNIOR

RÉU: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE

TERCEIRO INTERESSADO: TKX ATIVIDADES IMOBILIARIAS LTDA

ADVOGADO: GABRIEL GUIMARAES VALE

TERCEIRO INTERESSADO: MANOEL CEZARINO GONCALVES FILHO

ADVOGADO: CELSO ARAUJO MARQUES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
01ª VARA DO TRABALHO DE PARANAGUÁ
CartPrecCiv 0001258-46.2016.5.09.0022
AUTOR: SIMONE RODRIGUES DOS SANTOS SILVA
RÉU: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos conclusos em razão da manifestação da empresa TKX e do expediente do Juízo Deprecante.

Paranaguá, 11 de março de 2020.

PATRICIA COLOMBO RIBEIRO PAIZE
Servidor(a)

DESPACHO

Mantenho o despacho de id. ab10786 que indeferiu o pedido de reavaliação dos bens, acrescentando que, não obstante o laudo de id. 4a95acd (datado de 2014), é incontroverso nos autos que há posseiros sobre o bem, o que diminui não só o seu valor de mercado como também o interesse na compra em hasta pública/venda judicial.

Com relação ao pedido de venda direta feito pelo sr. Sr. Manoel Cezarino, observo que, intimado da alegação e documento que indicavam simulação de negócio jurídico e possível fraude da proposta, o proponente Sr. Manoel explicou que o verdadeiro comprador seria terceiro interessado, negando-se a informar o nome (id. c64c289). Assim, nos termos do parágrafo único do artigo 168 do Código Civil c/c artigo 167, §1º, I, do mesmo Código Civil, reputo nula a proposta feita para compra do bem.

Não bastasse isso, ainda observo que a proposta foi totalmente intempestiva já que deferida venda direta por 90 dias a contar de 1º/07/2019 (id. a7683c7) e o pedido foi efetuado apenas em janeiro de 2020 (id. 0e1b50c).

Por fim, diante da manifestação do Juízo Deprecante (id. a81fde9), considerando que o valor oferecido pela TKX ATIVIDADES IMOBILIARIAS LTDA. corresponde a 51,33%, da avaliação, a ausência de licitante na hasta pública e a informação de que há posseiros sobre o imóvel (tendo a proponente informado sua ciência com relação as ocupações e que pretende, por seus próprios meios, proceder a regularização/retirada daqueles que se encontrarem no bem no id. b217ca3) **HOMOLOGO a VENDA DIRETA para a empresa TKX ATIVIDADES IMOBILIARIAS**

LTDA., nos termos constante no documento de id. 47edf78, observando que o valor já foi integralmente depositado (prejudicado o pedido de parcelamento).

O presente despacho tem força de TERMO nos autos, nos termos do §2º do artigo 880 do CPC, porque já houve anuência da venda pelo adquirente e pelo exequente (ids. 47edf78 e 883bb16).

Em prosseguimento aos atos de venda do bem, nos termos do artigo 880 do CPC, supletivamente aplicável, e porque já quitado o valor restante em parcela única (valores inclusive já transferidos ao Deprecante), DETERMINO:

1. Intimem-se as partes e os terceiros interessados da presente decisão, bem como encaminhe-se cópia da presente ao Juízo Deprecante.
2. Esgotado o prazo do §1º do artigo 903 do CPC/2015, expeça-se carta de alienação e mandado de imissão na posse à TKX ATIVIDADES IMOBILIARIAS LTDA.
3. Tudo cumprido, devolva-se a presente CP.

PARANAGUA/PR, 12 de março de 2020.

FLAVIA DANIELE GOMES
Juíza Titular de Vara do Trabalho

